

A inclusão da pessoa com deficiência requer a confluência e interação de dois pólos irreduzíveis: de um lado está a pessoa que sofreu a perda e que tem direitos, deveres e desejo de pertença ao grupo; do outro estão os diversos outros do social que a recebem, rejeitam, acolhem ou incluem como acontece em relação a qualquer outro cidadão.

Sem ser esquecida a especificidade da deficiência e da sua reabilitação, é o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo que constitui uma condição de base inclusiva, que tanto se torna imprescindível para o cidadão que haja sofrido uma qualquer perda, como para qualquer outro cidadão dito normal. Claro que, para a pessoa com deficiência, há necessidade de algumas adaptações e compensações, mas estas nunca deverão camuflar o âmago essencial do que deverá ser uma autêntica inclusão social, que, quando correctamente pensada, terá de ser estruturalmente equivalente para todo e qualquer cidadão, independentemente da sua diferença.

Acontece que a deficiência gera sempre um lugar de estranheza, de maior ou menor negatividade, que, quer queiramos ou não, arrasta consigo uma desnaturalização do processo de inclusão social. Trata-se de uma estranheza, mais ou menos sensível, mas, quase sempre, muito difícil de explicitar e assumir pelo cidadão comum. Por outro lado, não será pela via do estrito dever, nem tão pouco por se declarar que a deficiência terá de ser aceite, reconhecida, tolerada, que essa estranheza comum a tanta gente poderá ser efectivamente resolvida.

Assim, a inclusão social autêntica, além de pressupor um longo caminho de autonomização individual, predominantemente da responsabilidade de quem sofreu a perda, também requer, da parte do social, a reconversão positiva da negatividade da deficiência, isto é, a resolução efectiva da estranheza que aludo mais acima, o que apenas se poderá conseguir pela via da sensibilidade estética. Porque não haverá de ser bela uma pessoa cega de bengala, ou uma pessoa sentada numa cadeira de rodas, se elas, além de se sentirem bem, conseguem ser realmente felizes? Não será que uma grande parte dos sentimentos de pena e lamentação estão relacionados com um certo egocentrismo inconsciente de quem se vê e projecta na possibilidade da situação observada?

Recorrendo à força das metáforas e das imagens, vou socorrer-me de uma frase que poderá traduzir, de forma condensada, a imperiosa necessidade da reconversão estética a que me refiro: a verdadeira inclusão social da pessoa com deficiência consistirá em “passar de mancha a pinta pintada na pintura do mundo”.

Em primeiro lugar, será necessária uma alteração das representações sociais de carga negativa, de forma a que a deficiência, enquanto mancha, aceda ao estatuto de pinta, descolando-se do seu habitual estigma; em segundo lugar, é necessário que a pinta se inclua com as restantes pintas, isto é, que alcance o estatuto de uma diferença integrável na globalidade das diferenças do tecido social e assim adquira o seu legítimo direito de cidadania; em terceiro lugar, é necessário que a pinta seja realmente pintada na pintura global, isto é, que se positive em algo utilizável esteticamente, fazendo-se harmonia e beleza na complementaridade das cores e formas, na complementaridade das diferenças.

Claro que todo este caminho implicará um desenvolvimento e reeducação da sensibilidade estética do cidadão comum e também da própria pessoa com deficiência, de forma a reverter o estigma da deficiência, enquanto *mancha*, no seu estatuto de *pinta* pintada numa pintura, na pintura do mundo dos nossos dias, que se quer mais aberto, tolerante, diverso e livre. Tarefa difícil, mas não impossível. A criança não nasce preconceituosa, é efectivamente o processo de socialização dos adultos que vai reduzindo a sua amplitude de tolerância ao diferente e imprimindo a indesejável carga negativa de que falei. É verdade que o mundo actual precisa de uma efectiva diversidade capaz de acolher, de direito e de facto, a diferença da deficiência, mas também se verifica que o próprio mundo da deficiência é ele próprio uma diversidade difícil de abarcar, com inesgotáveis ângulos de abordagem. A pequena amostragem dos diferentes artigos constantes desta Revista, que chegam de diferentes instituições e de diferentes regiões do País, tornam sensível a existência de múltiplas frentes de combate, mas onde a mesma tarefa hercúlea da inclusão social, cada vez mais autêntica, se impõe como norte a todos nós.

José Manuel Rodrigues Alves
 Prof. Coordenador do Instituto Politécnico de Bragança
 E-mail: jmalves@ipb.pt

Ficha Técnica



Propriedade

Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal
 Rua de Costa Cabral, 2368 - 4200-218 Porto
 Tel. 225 420 800 - Fax 225 403 250
 E-mail: geral@reapn.org • www.reapn.org

Coordenação editorial

Núcleo Regional do Norte
 (Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real)
 Gabinete de Informação
 Gabinete de Desenvolvimento

Design, Paginação e Impressão
 A Diferença, Lda - Tel.: 255 911 042

Periodicidade
 Quadrimestral

Tiragem
 1.500 exemplares

Depósito Legal
 247626/06

Distribuição
 Gratuita

SIM-PD: a Informação e a Mediação ao serviço da integração das pessoas com deficiência



A aposta na melhoria das condições de vida das pessoas com deficiências ou incapacidade e das suas famílias, através da promoção da igualdade de oportunidades e da plena participação social e económica, tem sido uma prioridade assumida pelo Governo, concretizada pela criação do Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade 2006 – 2009 (PAIPDI). Neste plano figuram medidas concretas para a promoção do acesso desta população à informação global e integrada sobre os seus direitos, benefícios e recursos existentes, pois só assim se oferecem condições para se ter uma sociedade justa e igualitária.

Neste sentido, e considerando, por um lado, as atribuições do Instituto Nacional para a Reabilitação, na prossecução da execução das políticas dirigidas às pessoas com deficiências ou incapacidade e, por outro, as atribuições dos Municípios na informação, prestação de serviços e defesa dos direitos destes cidadãos, foram celebrados protocolos com diversos Municípios a fim de serem criados os Serviços de Informação e Mediação à Pessoa com Deficiência, designados por SIM-PD.

O que são os SIM-PD?

São serviços que se propõem prestar às pessoas com deficiências ou incapacidade e suas famílias, uma informação acessível, personalizada, global e integrada sobre os direitos, benefícios e recursos existentes, apoiando-as na procura das soluções mais adequadas à sua situação concreta, fortalecendo as suas capacidades para assumirem, nas respectivas comunidades, os direitos e deveres cívicos inerentes a qualquer cidadão.

Embora todos os serviços públicos e privados devam ter, na respectiva área de competências, esta preocupação, sendo as pessoas com deficiências ou incapacidade e suas famílias um segmento minoritário da população global com que trabalham, nem sempre é fácil ser-lhes disponibilizado o atendimento e o apoio de que precisam já que, em muitos casos, a resolução dos seus problemas implica uma intervenção concertada entre vários serviços e/ou instituições que nem sempre é fácil de conseguir.

Justifica-se, assim, a existência de serviços e de profissionais que tenham esta preocupação específica e que mobilizem os saberes e recursos existentes numa perspectiva de apoio e de intervenção directa, personalizada e integrada junto destas pessoas.

Embora o acesso geral à informação esteja actualmente muito facilitado, sobretudo para aqueles que têm a oportunidade de utilizar os recursos informáticos e nomeadamente a Internet, tal não substitui o apoio e a orientação que um profissional competente e devidamente formado e informado pode dispensar a uma pessoa com necessidades especiais de informação, aconselhamento e encaminhamento.

Quais são os objectivos dos SIM-PD?

Os Serviços de Informação e Mediação para as Pessoas com Deficiência (SIM-PD) propõem-se assim atingir os seguintes objectivos:

1. Fazer o atendimento qualificado dos munícipes com deficiências ou incapacidade e respectivas famílias, bem como dos técnicos de reabilitação e instituições que desenvolvam qualquer tipo de actividade neste domínio (prevenção, habilitação, reabilitação e participação), assegurando-lhes uma informação acessível e integrada sobre os direitos, benefícios e recursos existentes para a resolução dos problemas colocados;
2. Proceder ao seu correcto encaminhamento e desenvolver uma função de mediação junto dos serviços públicos e entidades privadas responsáveis pela resolução dos seus problemas que seja facilitadora da sua intervenção junto destes cidadãos;
3. Desenvolver e valorizar as parcerias locais que permitam operacionalizar soluções de atendimento mais eficazes;
4. Proceder junto dos serviços, instituições e outras estruturas locais à apropriação e divulgação de Boas Práticas no atendimento do munícipe com deficiências ou incapacidade;
5. Recolher informação que permita produzir diagnósticos de caracterização local das pessoas com deficiências ou incapacidade, identificar os principais problemas existentes e promover soluções adequadas.



O SIM-PD do Município de Aveiro foi criado a 8 de Dezembro de 2007, através de protocolo, entrando em pleno funcionamento a 31 de Outubro de 2008, uma vez que foi implementado no Gabinete de Atendimento Integrado desta autarquia, serviço construído de raiz com todas as condições físicas de acessibilidade.

O SIM-PD conta com a afectação de quatro recursos humanos, dois deles afectos ao Gabinete de Atendimento Integrado, com formação específica promovida pelo Instituto Nacional de Reabilitação, apoiados por mais dois afectos à Divisão de Acção Social, com formação na área da Psicologia e Serviço Social, para as situações que, avaliadas no atendimento inicial, justifiquem uma intervenção mais específica e articulada com diferentes Instituições concelhias.

Os atendimentos relativos a 2008 reportam-se aos meses de Novembro e Dezembro, daí se terem registado apenas três solicitações de apoio social e acolhimento institucional.

Em 2009 foram realizados, até Junho, onze atendimentos de três pessoas, cujos processos se encontram ainda em curso. Para este ano, prevê-se uma maior divulgação do serviço SIM-PD através dos meios de comunicação social e através do site da Câmara Municipal de Aveiro, uma vez que há ainda um grande desconhecimento da população relativamente à existência deste serviço no Gabinete de Atendimento Integrado desta Câmara Municipal.

Para uma melhor resposta deste serviço vai ser elaborado o diagnóstico da problemática no concelho, bem como realizada a sua divulgação junto de entidades (instituições, associações, etc.) que lidam directa e indirectamente com a problemática da deficiência.

O SIM-PD de Aveiro fez-se representar no I Encontro Nacional de SIM-PD, realizado a 6 de Maio de 2009, em Figueiró dos Vinhos, que teve como principais objectivos promover a reflexão sobre a problemática da deficiência e incapacidade e a troca de experiências e boas práticas de intervenção entre técnicos e serviços.

Dília Couceiro, Coordenadora dos Serviços de Front-office do GAE
Renata Lucas, Psicóloga na Divisão de Acção Social e Saúde Pública da
Câmara Municipal de Aveiro



ASCUDT

ASCUDT - Associação Sócio-Cultural dos Deficientes de Trás-Os-Montes é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, que tem por base uma filosofia associativa directamente resultante da iniciativa dos próprios deficientes.

Na apresentação pública da ASCUDT em Bragança, em 16 de Abril de 1994, como Centro de Actividades Ocupacionais de pessoas com deficiência, o então Presidente da Direcção, Dr. José Manuel Rodrigues Alves, referiu as razões motivadoras da criação da ASCUDT, que passamos a transcrever: "(...) ocupar um espaço específico institucional desta região (...), que ajude o deficiente a encontrar, dizer e fazer o seu próprio caminho (...) para a sua autonomia (...) e plena integração social.

Desde que a ASCUDT iniciou as suas actividades, a sua pertinência tem sido demonstrada pelo crescente número de associados, actualmente cerca de 770 e, de cerca de 134 clientes com diversas tipologias de deficiência que são apoiados; pela constatação de inúmeros casos em lista de espera e pela estimativa de uma percentagem elevada de casos, ainda não levantados, que aguardam a sua intervenção.

Através da mutação verificada na maioria da população-alvo da ASCUDT os seus clientes com deficiência requerem, neste momento, outros tipos de serviços que vão ao encontro das suas necessidades mais básicas de vida humana. Estes deficientes

são adultos com diversas tipologias de deficiências; com uma média de idade a rondar os 45 anos; sem uma rectaguarda de apoio familiar adequada ou mesmo, em alguns casos, inexistente; com um isolamento geográfico e graves dificuldades de acessibilidades a que estão dotados os locais onde residem e; sem possuírem respostas institucionais adequadas às suas necessidades imediatas de apoio a nível de cuidados básicos de saúde, de alimentação, higiene, apoio afectivo e emocional que lhes proporcione uma melhor qualidade de vida.

Nas suas exíguas instalações actuais a ASCUDT desenvolve actividades ocupacionais; apoio ao trabalho dos clientes; atendimento psicológico; orientação e encaminhamento médico e terapêutico; reorientação educativa e formativa; promoção de competências tecnológicas da comunicação e informação; manutenção física e expressão corporal; desenvolvimento pessoal, social e profissional; tendo para tal em funcionamento as seguintes respostas sociais: Centro de Actividades Ocupacionais - CAO; Serviço de Apoio Domiciliário - SAD e Residência Autónoma - RA.

O conceito de Residência Autónoma vai mais além do descrito no Despacho Normativo n.º28/2006 de 3 de Maio que regula as condições de instalação e funcionamento de estruturas residenciais para pessoas com deficiência, pois permite a efectiva autonomização e plena inclusão na sociedade dos seus residentes.

De acordo com o prescrito no regulamento interno da RA da ASCUDT os objectivos desta resposta social são os seguintes:

- Disponibilizar alojamento e apoio residencial permanente ou temporário;
- Prestar às pessoas com deficiência os cuidados que carecem;
- Promover condições de vida e de ocupação que contribuam para o bem-estar e qualidade de vida adequadas às necessidades específicas das pessoas com deficiência;
- Promover estratégias de reforço da auto-estima, da valorização e autonomia pessoal e social;
- Assegurar condições de estabilidade, reforçando a capacidade autonómica para a organização das actividades da vida diária;
- Facilitar o encaminhamento da pessoa com deficiência, sempre que possível, para programas adequados de integração escolar, ocupacional e sócio-profissional;
- Privilegiar a interacção com a família e com a comunidade, no sentido da plena inclusão social.

A RA da ASCUDT destina-se a pessoas com deficiência, de idade igual ou superior a 16 anos, concretamente:

- Que frequentem estruturas de ensino, programas e formação profissional ou se encontrem abrangidas por programas ou projectos cujo local não se compatibilize com o da sua residência;
- Cujos familiares não as possam acolher;
- Cujas famílias necessitem deste apoio em determinadas situações, tais como em caso de doença ou de necessidades de descanso da respectiva família, devidamente justificados;
- Podem ser admitidos candidatos com idades inferiores a 16 anos e superior a 65 anos, cuja situação sócio-familiar o aconselhe e não haja possibilidade de encaminhamento para outras respostas sociais mais adequadas.

A RA da ASCUDT é um apartamento T3 situado na Rua Agostinho Lopes Coelho, lote 16, 1º Dtº - 5300 Bragança. A sua capacidade é de 5 pessoas, incluindo-se neste número uma vaga para alojamento temporário. As instalações possuem 3 zonas distintas, tais como: Zona Íntima – 2 quartos duplos com WC privado; 1 quarto individual com WC comum; Zona Social – 1 sala de convívio/refeições; 1 cozinha; Zona de Serviços – 1 recepção; 1 despensa; 1 sala de arrumos.

Esta estrutura funciona 24h por dia, todos os dias durante todo o ano e, está acoplada ao CAO da ASCUDT, pois o quadro técnico e os serviços administrativos da organização estão afectos à RA, bem como, os seus residentes frequentam diariamente o CAO. Para além disso, o SAD está acoplado à RA e ao CAO da ASCUDT. Há uma interdependência institucional e funcional entre todas as respostas sociais. A RA da ASCUDT entrou em funcionamento em Novembro de 2006, com acordo de cooperação do ISS, I.P. para três pessoas com deficiência, tendo a ASCUDT acolhido cinco e, só em 2007 é que foram os cinco abrangidos por acordo de cooperação. As participações decorrentes deste acordo

de cooperação do ISS, I.P. é de 907,35€ mensais por cada residente, e cada residente comparticipa, em média, com 114,28€ mensais.

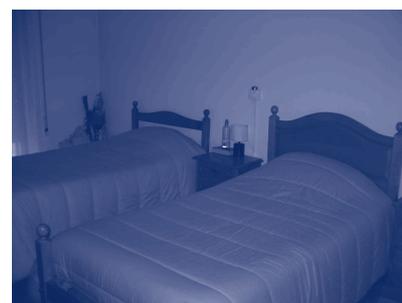
Tem um quadro de pessoal afecto a 100% de cinco colaboradores, desde auxiliares de acção directa, auxiliar de serviços gerais, de vigilantes a motorista e, ainda, um quadro de pessoal técnico afecto a 30% e 20% de quatro colaboradoras, desde directora técnica, psicóloga, assistente social e secretária administrativa.

É a resposta social da ASCUDT que melhor funciona a nível organizacional, quer em qualidade de serviços prestados, quer a nível de satisfação dos residentes e dos seus familiares quer dos colaboradores que são pessoas extremamente dedicadas e empenhadas na sua função. Isto, talvez, por ser uma estrutura de pequenas dimensões, onde o relacionamento é familiar, de inter-ajuda entre todos os residentes e colaboradores e porque têm autonomia suficiente para escolherem o seu caminho, por serem co-responsáveis de todos os processos de auto-desenvolvimento pessoal e profissional e, de resolverem de forma eficaz e eficiente todas as problemáticas que possam surgir no seu dia-a-dia enquanto residentes ou colaboradores. Claro que todos eles sabem que estão sempre sobre orientação e apoio dos técnicos e responsáveis pela ASCUDT.

Os residentes da RA são maioritariamente mulheres e possuem tipologias de deficiência variadas, duas são invisíveis, dois têm deficiência física e outro mental.

Os motivos que os levaram a optar por este tipo de apoio vão desde a falta de retaguarda familiar até à possibilidade de frequentarem diariamente o CAO da ASCUDT e de poderem ter os meios necessários à sua plena inclusão na sociedade, pois, à excepção de uma residente, todos moravam em aldeias de outros concelhos do distrito de Bragança.

Em todos os residentes verificaram-se melhorias a nível de autonomia e cuidado da sua imagem pessoal; de relacionamento interpessoal; de hábitos de higiene, de alimentação e saúde adequados; de participação em actividades ocupacionais, lúdicas, recreativas e de cidadania activa; de evolução formativa e educacional, inclusive um dos residentes era analfabeto, e actualmente já sabe escrever e ler. Outra residente, anteriormente estava completamente dependente dos familiares que a acolhiam. Não tinha acesso à sua pensão de invalidez, a gastar o seu dinheiro conforme as suas necessidades, vestia roupas usadas e dadas por outras pessoas, passava o dia sozinha sem fazer nada.



Uma completa solidão, inactividade e exclusão social. Agora, na RA tem acesso à sua conta bancária, compra a sua própria roupa e adereços, vai ao cabeleireiro, faz depilação, vai à natação e faz ginástica, tem telemóvel, está a aprender usar as tecnologias de informação e comunicação, faz trabalhos artesanais que depois são vendidos e 50% das vendas são para ela, ganha torneios de dominó, vê TV, ouve rádio, conversa com os outros, vai à praia, ao cinema e ao restaurante, vai ao shopping fazer compras e utiliza todos os serviços públicos e privados que tem ao seu dispor. É outra pessoa! Uma outra residente, desde que está na RA já concluiu o 6.º Ano de Escolaridade, através da frequência do RVCC e, neste momento, está a validar as suas competências para atingir o 9.º Ano de Escolaridade. Já possui um PC portátil com acesso à internet e escreve mensalmente diversos artigos para o Jornal NewsASCUDT e, é uma das responsáveis das vendas dos produtos artesanais elaborados pelos clientes com

deficiência, na Loja ART`S da ASCUDT. Sente-se uma pessoa útil à sociedade e valorizada por aqueles que a rodeiam. São pessoas felizes e plenamente incluídas na sociedade... Pena é em todo o distrito de Bragança existirem só duas RA, a da ASCUDT e outra da APPACDM de Mirandela.

Manuela Miranda
Directora Técnica da ASCUDT



Emprego e deficiência

Na sociedade actual, o tema do emprego levanta um debate aceso. Hoje, mais do que nunca, a noção de emprego está a ser equacionada e redimensionada.

Quando direccionamos o nosso olhar para o emprego de pessoas com deficiência, então a situação adquire contornos novos e preocupantes.

A experiência da Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo, no apoio à inserção em postos de trabalho, é ainda restrita, devido ao pouco tempo de existência da mesma, apenas três anos.

Para compreendermos melhor a realidade actual do nosso país relativamente ao enquadramento profissional de pessoas com deficiência, é necessário uma breve análise de alguns aspectos legislativos.

O DL nº 3 de 7 de Janeiro / 2008 do Ministério da Educação, define medidas concretas para a transição para a vida activa dos jovens com deficiência ao longo do seu percurso escolar. No artigo nº 30 deste DL, existem várias medidas possíveis para a preparação futura em termos de enquadramento profissional destes jovens: integração em programas de formação profissional, preparação para integração em centros de emprego apoiado, etc.

Esta articulação da escola com o contexto do mundo do trabalho existe há longos anos e a sua eficácia varia de região para região. É importante valorizar os aspectos positivos desta relação e aproveitar os bons exemplos de articulação escola/empresas que se observa um pouco por todo o país. Algumas das falhas perceptíveis nessa articulação, prendem-se com aspectos relacionados com a avaliação, encaminhamento e supervisão dos jovens para as diferentes áreas profissionais. Esta lacuna deve-se sobretudo à inexistência de equipas multidisciplinares (professores, psicólogos, terapeutas

ocupacionais, terapeutas da fala, fisioterapeutas, técnicos de mobilidade e orientação, intérpretes de língua gestual, etc.)

As dificuldades reveladas na colocação de jovens com deficiência no mercado de trabalho passam pela resistência de um grande número de empresas em acederem a este enquadramento (apesar dos apoios financeiros do IEFP), até às limitações próprias da deficiência.

Há, no entanto, muitos casos de sucesso de integração de jovens no mercado de trabalho através desta articulação escola/empresa.

Devem ser estes exemplos positivos, instrumentos de mudança nas atitudes de toda a sociedade, começando na escola e nas empresas.

A divulgação pelos órgãos de comunicação social de boas práticas na colocação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, é uma mais valia que deve ser alargada.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional tem vários programas e medidas de apoio às pessoas com deficiência.

São eles:

- Formação Profissional;
- Readaptação ao trabalho;
- Integração em mercado normal de trabalho (subsídio de compensação);
- Integração em mercado normal de trabalho (subsídio de eliminação de barreiras arquitectónicas);



- Integração em mercado normal de trabalho (subsídio de adaptação de postos de trabalho);
- Integração em mercado normal de trabalho (subsídio de acolhimento personalizado);
- Integração em mercado normal de trabalho (prémio de mérito);
- Apoio à colocação e acompanhamento pós colocação Tele-trabalho;
- Instalação por conta própria;
- Emprego protegido;
- Ajudas técnicas.

Muitos destes apoios ou medidas são ainda pouco utilizados pelas empresas ou pelas pessoas com deficiência.

A divulgação e sensibilização da comunidade em geral continua a ser a grande aposta que temos todos de vencer, como forma de termos um sociedade mais justa e na qual as pessoas com deficiência possam ter oportunidades de mostrar todo o seu potencial.

Filomena Araújo
Psicóloga e Directora Técnica
APCVC- Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo

Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos

Hoje, a cidade é vista não somente como um espaço físico, mas como um espaço de dimensão social, um espaço de relações, de encontros, de trocas, de modos e formas de estar. É também, o lugar das múltiplas formas de informação e comunicação, de diversidades culturais e formações, oportunidades de oferta e de consumo.

As cidades são as pessoas que as habitam, vivem, viajam, se impregnam na procura do espírito e alma dos lugares que a compõem. A cidade é gente, somos nós com os outros. Mas a cidade também sou eu, só, naquilo que tenho de meu, no direito à minha única e exclusiva forma de ser e de estar, no direito ao trabalho e ao namoro (Ribeiro da Silva, //urbanismo - retratos urbanos). É neste contexto espacial e temporal que se abrem novos desafios à concepção do espaço público, como cenário de toda a vida humana, como fio condutor da possibilidade de fazer cidadania.

A colocação dos elementos que desenham as cidades, que dão vida à cidade, sejam eles humanos ou materiais, estáticos ou dinâmicos, têm de ser devidamente posicionados. Cada elemento tem de ter o seu lugar. Cabe-nos pois, enquanto técnicos também participar na escolha dos lugares certos para as coisas certas (Paula Teles, //os territórios sociais da mobilidade – um desafio para a Área Metropolitana do Porto).

Ao projectarmos para um homem médio, estamos a esquecer não só o facto de que a estatura, as aptidões funcionais, a idade, o sexo, a cultura, variam de indivíduo para indivíduo, como também esquecemos, muitas vezes, que as aptidões funcionais de cada indivíduo variam ao longo da vida. É neste contexto, que ao projectarmos a cidade, podemos estar a esquecer as crianças, as grávidas, as mães com os carrinhos de bebé, o deficiente de cadeira de rodas, os invisuais, os idosos, as pessoas temporariamente incapacitadas com mobilidade reduzida.

O desenho de *espaço público* em que uma rua se abre numa praça contornada por edifícios, alguns públicos, em que envolve um jardim onde se pratica a magia do descanso e do convívio entre gerações, que ladeia a margem calma de um rio, ou a margem, na nossa zona por vezes agreste, de mar, que entretanto remata numa esplanada refrescante de café ou de restaurante, ou outros pequenos comércios, tem de estruturar um percurso de continuidades, entre os destinos e a circulação, onde seja possível sentir a unidade.

Mas este espaço de encontros e este desejo de sentir a cidade não pode estar limitada somente a uma parte da sociedade. Todos, sem excepção, independentemente da raça, da religião, do sexo, ou das condições de mobilidade de natureza física, têm direito à cidade. E este é um direito que assiste a qualquer um, o de visitar livremente a cidade, como se a nossa casa corrésemos, o direito de poder trocar olhares sobre a paisagem, de sentir os cheiros, de ouvir os diferentes sons, de poder ir às compras, de poder usufruir dos serviços que a cidade nos oferece, de poder ir ao cinema, à escola, ao trabalho.

Nesta complexa e diversa realidade como é a cidade, em que a única coisa comum que existe na cidade, é absolutamente, a diversidade, o espaço público tem um papel estruturante na vitalidade da própria cidade. Reestruturar, conceber ou desenhar o espaço público é garantir continuidade, é relacionar as funções que cada espaço específico deverá prestar a cada um, é incluir na cidade as áreas excluídas, é aproximar os sítios, é reforçar a coesão urbana e humana, é não excluir.

O Projecto

Existe um elevado número de pessoas que todos os dias se depara com grandes dificuldades ou se vê impossibilitado de frequentar locais públicos, devido quer ao conjunto de

obstáculos existentes na via pública quer à falta de condições de acesso e de circulação, tanto nas ruas como nos edifícios de utilização colectiva.

A abolição de barreiras arquitectónicas, sociais e psicológicas constitui um objectivo inadiável das sociedades modernas e é a única via para tornar as nossas cidades adequadas a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer natureza.

Deste modo, construir cidades acessíveis a todos, constitui um imperativo ético e social, que traduz o respeito pelos valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da equiparação de oportunidades.

O ano de 2003 foi o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, neste contexto, a Associação Portuguesa de Planeadores do Território, desenvolveu o Projecto da Rede Nacional das Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos com o objectivo prático de contribuir com uma acção que desse continuidade no tempo a esse ano específico. Surgiu assim, este Projecto, com a pretensão de constituir um instrumento de planeamento capaz de intervir na melhoria das condições de acessibilidade do meio urbano na tentativa da abolição das barreiras urbanísticas.

A APPLA achou que mais importante que a ilusão na grandiosidade espacial da área de intervenção, era a possibilidade na definição de uma área que, embora mais limitada, fosse mais rica na diversidade de funções, e consequentemente nas práticas das condições de acessibilidade, de resto, também pela experiência, há a crença de que, depois de se constituir espaços acessíveis numa parte da Cidade, rapidamente essa metodologia será utilizada na restante parte da Cidade.

A área de intervenção com que o Concelho de Esposende aderiu ao Projecto da Rede Nacional das Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos reunia as características de centralidade urbana pretendida, pela multiplicidade e diversidade de actividades e funções. E o primeiro contacto com o espaço urbano, e de forma abrangente, já evidenciava do ponto de vista das acessibilidades a todos aqueles que apresentam mobilidade reduzida, sinais de significativa preocupação, por parte do Município, por esta temática.

De qualquer modo, a aprendizagem mais focalizada dessa área permitiu concluir que, à semelhança de quase todos os Municípios, apresentava ainda, algumas debilidades na construção de uma cidade para Todos.

O diagnóstico de situação da área de intervenção de Adesão ao Projecto da Rede do Município de Esposende evidenciava barreiras relacionadas, essencialmente, com a localização de candeeiros de iluminação pública, com a existência de degraus ou escadas ao longo dos passeios, com a ausência de passeadeiras e respectivos rebaixamentos das guias e descontinuidades urbanas provocadas pela má localização de sinais de trânsito, de *moopys*, de papelarias, de armários

(EDP, TVCabo, ...) ou de outros elementos que se vão espalhando pela cidade. Acrescia ainda, e de forma significativa, a existência de passeios de reduzida dimensão, alguns deles ainda com os incontornáveis obstáculos comerciais, as caldeiras das árvores e ainda a significativa irregularidade dos pavimentos. As acções desenvolvidas na Cidade de Esposende foram essencialmente:

- a) Passeios devidamente dimensionados em largura e altura, sempre que possível;
- b) Rebaixamento regulamentar dos passeios nas passeadeiras de peões;
- c) Promoção da tendencial continuidade e legibilidade do espaço público;
- d) Revisão da localização de elementos de mobiliário urbano e sinalética vertical que constituíam obstáculos físicos à circulação;
- e) Estabelecimento de espaços reservados a estacionamento de deficientes nos parques de estacionamento público, com correcto dimensionamento e sinalização destes;
- f) Tendencial acessibilidade aos edifícios públicos que são da responsabilidade da Autarquia;
- g) Inclusão no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanismo de medidas regulamentares de “cidades e vilas para todos” para que as novas intervenções urbanas sejam sensíveis a esta matéria;

Em suma, como evidenciavam as fotografias das intervenções realizadas, a criação de passeios de dimensão razoável a par da realização de passeadeiras e respectivos rebaixamentos, de novas localizações de candeeiros de iluminação pública e sinalética vertical e acessibilidade a edifícios públicos, foram as principais prioridades a colmatar.

Do desenvolvimento deste trabalho pode concluir-se que, as mobilidades implicam políticas urbanas do ponto de vista do ordenamento do território mais atentas e mais integradas e que a utilização da cidade será natural, desde que todas as medidas sejam consideradas como normais.

Como agradecimento à Eng.^a Paula Teles responsável pela gestão e coordenação do Projecto cito *“Planear e projectar cidades, é tentar perceber o seu funcionamento estrutural, como suporte dos mais variados fluxos que, pela sua multiplicidade e diversidade, atravessam, cruzam e sobrepõem todo o território, num tempo que se perde na velocidade. Exige-se, deste modo, a ligação de todos os diferentes conceitos de mobilidade, na formação de um único conceito: aquele que possa transmitir total liberdade de movimentos”*.

A História, como percurso de conhecimentos adquiridos, constitui uma mais valia de que nos podemos sempre socorrer quando nós próprios iniciamos um caminho.

O trabalho que se me impôs logo desde o início, foi o de perceber como tinha nascido e evoluído a figura do Provedor, através dos tempos e dos espaços. Adoptei desde o princípio, o modelo nórdico de defesa dos cidadãos perante a Administração e os seus abusos.

No seguimento desta linha, rejeitei prontamente o modelo socialista e soviético de Provedor, que tinha a missão exactamente inversa: acusar os cidadãos que não obedecem e resistem aos abusos de que são vítimas por parte do Estado e da Administração.

Claro que, o Provedor dos Cidadãos com Deficiência, procurando seguir a noção demo-liberal de Provedor, iniciou um percurso novo, nunca palmilhado até 2002.

É que, para além da defesa dos direitos das pessoas com deficiência e das suas famílias, impunha-se agir e alertar para uma realidade diferente, afirmando a ideia que a acessibilidade e a mobilidade não respeita só a um grupo de pessoas, antes interessa a todos os cidadãos porque é essencial à qualidade de vida de todos.

A esta nova figura do Provedor dos Cidadãos com Deficiência, não se põe só a questão de ouvir os cidadãos (no Brasil o Provedor é chamado de Ouvidor) mas também de informar estruturas autárquicas sobre as boas práticas a adoptar, impondo-se ainda, uma acção pró-activa levando as próprias autarquia a actuarem para corrigirem algumas situações e para resolverem outras.

É nesta acção pró-activa que se integram e foram aprovados alguns importantes diplomas legais. Mais do que as Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência, foi do movimento dos Provedores dos Cidadãos com Deficiência que nasceu o impulso da acção legislativa.

Desde logo, na necessidade de ir mais além do que o Decreto-Lei 123/97 em matéria de barreiras arquitectónicas; de adoptar a Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde aprovada pela Organização Mundial de Saúde como método de avaliação, abandonando definitivamente a Tabela Nacional de Incapacidades para os Acidentes de Trabalho, como instrumento de avaliação das pessoas com deficiência congénita; e, dando força a que se adoptasse medidas de prevenção e punição da discriminação em função da deficiência.

Os conhecedores destes assuntos sabem que os objectivos propostos pelo Plano de Acção para Inclusão das Pessoas com Deficiência e Incapacidade, aprovado pelo Governo, e

no qual se integravam as medidas acima referidas, foi um falhanço completo, particularmente, no que respeita ao direito ao ensino, ao direito ao trabalho e ao combate à discriminação das pessoas com deficiência.

Existe mesmo a sensação que, a partir de um certo momento, alguns dos textos legislativos não foram mais que peças de propaganda política. Desde da instauração da democracia em Portugal, nunca o Diário da República foi tanto Diário do Governo.

Mas se vivemos uma época menos feliz do regime, em que não sabemos se as assinaturas dos projectos urbanísticos são as dos seus autores, nem sequer conhecemos os graus académicos dos mesmos ou como esses diplomas foram conseguidos, aonde esta falta de lucidez e transparência se traduz na falta de densidade técnica e cultural dos protagonistas, e que leva estes, numa fuga insana, para o precipício do défice público e da demagogia arrastando-nos a todos e à Pátria com eles, temos que acreditar que a democracia é sempre regeneração e que por isso evitaremos o caos.

O trabalho do Provedor dos Cidadãos com Deficiência não será alguma vez um trabalho terminado. Novas frentes se abrem com os progressos da biologia e com aparecimento de novos direitos e uma abordagem distinta dos direitos não tão novos.

Neste aspecto, devemos ser aliados do progresso científico e da abordagem a outros paradigmas, mas o homem só se afirma se a sua dignidade for preservada e respeitada. Por isso, não poderemos embarcar na noção de um progressismo totalizante, com o receio de sermos chamados de conservadores. O Homem, a Pessoa, a Dignidade, o Direito à Vida são inquestionáveis.

João Cottim Oliveira
Provedor Metropolitano dos Cidadãos com Deficiências



A ARDAD encontra-se situada na Cidade do Peso da Régua, cujo Concelho conta com uma área de 94,72 Km², na margem direita do rio Douro e dista cerca de 25 km da sede do Distrito de Vila Real. Nas limitações deste Concelho, encontramos a Norte St^a Marta de Penaguião, a Este Sabrosa, a Oeste Mesão Frio e a Sul o Rio Douro. Lamego, Resende, Armamar, são alguns dos Concelhos mais próximos do Concelho da Régua que se situam na margem esquerda do rio Douro. Estes últimos, embora não pertencentes ao Concelho da Régua, são aqui referidos por existir um número significativo de interessados que usufruem diariamente dos serviços da ARDAD. Pode-se constatar que a actividade que a ARDAD desenvolve é fundamental para responder, sobretudo à população residente no Distrito de Vila Real e concelhos limítrofes do Distrito de Viseu. Isto é possível devido à localização centralizada da Régua e às excelentes condições rodoviárias, que tornam esta Instituição como uma das privilegiadas pelo seu fácil acesso.

Estrutura de actuação

A ARDAD é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem por missão “*Transmitir valores e competências que promovam a inserção activa das pessoas com deficiência na Sociedade*”. Actualmente, entre outras actividades de inserção, a ARDAD ministra 6 cursos de formação profissional (Artesanato, Costura e Lavores, Carpintaria, Produção Vegetal, Auxiliares de Cozinha e Serviços Pessoais à Comunidade) com vista à plena integração no mercado de trabalho das pessoas com deficiência. A Formação Profissional ministrada na ARDAD é financiada pelo Estado Português e pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do POPH - Eixo 6, tipologia 6.2.

O modo de funcionamento da Instituição é caracterizado por um forte dinamismo de equipa, verificando-se em todos os seus elementos, um trabalho polivalente nos serviços prestados à sociedade e à pessoa com deficiência.

De todos os valores que regem diariamente o trabalho desta Instituição estão presentes:

Vida - Valorizamos a Vida;

Responsabilidade - Agimos com senso de responsabilidade e com consciência de quanto é importante o nosso trabalho para a pessoa com deficiência, família e comunidade;

Igualdade - Trabalhamos num ambiente que procura promover o direito de igualdade de oportunidades para todos;

Qualidade - A promoção da qualidade de vida é uma preocupação permanente;

União - Trabalhamos juntos para cumprir a nossa missão.

No rumo para a reabilitação, integração e promoção pessoal, social, cultural e profissional, a ARDAD pretende chegar mais longe, e conseguir reunir mais respostas sociais adaptadas à

pessoa com deficiência e suas famílias. A ARDAD tem como visão continuar a ser reconhecida pela Região, como uma Instituição de referência na promoção da qualidade de vida da Pessoa com deficiência. O contributo das pessoas acolhidas pela Instituição, na vida em sociedade, será cada vez mais visível.

Valências

Desde que a ARDAD iniciou as suas actividades, a sua pertinência tem sido demonstrada pelo crescente número de associados, actualmente cerca de 748, bem como pelo acréscimo das inscrições recebidas. A ARDAD distribui a sua intervenção pelas seguintes vertentes:

- Apoio terapêutico;
- Acompanhamento Individual e Familiar;
- Actividades Sócio Culturais;
- IAOP (Informação, Avaliação e Orientação profissional);
- Formação Profissional;
- Apoio à Formação em Contexto de Trabalho e Real Espaço Internet.

Formação profissional

Durante o ano transacto, a ARDAD ministrou formação profissional a 104 Formandos, distribuídos pelas seis áreas temáticas referidas.

Paralelamente à Formação Tecnológica, os Formandos de todas as áreas formativas frequentam a Formação base. Esta tem uma duração total de 400h, distribuídas num período de dois anos, sendo constituída pelos seguintes módulos: Matemática para a Vida; Linguagem e Comunicação; Tecnologias de Informação e Comunicação; Cidadania e empregabilidade. Esta vertente teórica trará maior sustentabilidade aos conhecimentos práticos já apreendidos e servirá de porta de entrada ao mercado de trabalho.

Caracterização da população

Verifica-se que a maior percentagem de Formandos que frequentam a ARDAD são provenientes do Concelho de Peso da Régua (38%), seguido dos Concelhos de Lamego (21%) e Vila Real (10%). Os restantes Formandos são provenientes dos mais diversos concelhos limítrofes, e de zonas em que a ARDAD actua como Centro de Recursos Local (Lamego, Moncorvo e Vila Real). Verifica-se pelos dados recolhidos no Relatório de Diagnóstico Social da Rede Social – Peso da Régua, que o tipo de deficiência mais frequente é a motora, seguindo-se a visual, mental, auditiva e paralisia cerebral. Dos 979 indivíduos identificados com deficiência no Concelho do Peso da Régua, 488 são do sexo masculino e 491 do sexo feminino, verificando-se equidade entre géneros.

A ARDAD recebe na formação a camada mais jovem, não por inexistência de procura de utentes com idade superior, mas sim pela dificuldade em arranjar respostas de integração socioprofissional adequadas que satisfaçam os objectivos da formação e, especialmente, que respondam às necessidades destes utentes. Tal como já referido, verifica-se que a ARDAD apresenta uma localização geográfica privilegiada, uma vez que faz fronteira com vários Distritos (Vila Real, Viseu e Porto). Assim, o trabalho em parceria com diversas Instituições fora do Concelho, é permanente e favorecido, pois esta Instituição recebe encaminhamentos para os Cursos de Formação Profissional, como resposta à falta de soluções adequadas nos restantes concelhos.

Assim, e tendo em consideração, as solicitações recebidas na ARDAD, há necessidade de encontrar soluções para os jovens com deficiência cuja retaguarda familiar é envelhecida, bem como para os próprios deficientes mais velhos, em muitos casos, já sem qualquer retaguarda familiar.

Estes dados são confirmados com as características da população da ARDAD, proveniente, na sua maioria, de famílias carenciadas a nível socioeconómico e com baixo nível de qualificação, ainda que com currículos alternativos.

A título conclusivo, é legítimo constatar que a maioria da população apresenta carências a nível socioeconómico, necessitando do apoio da Acção Social, promovida, em grande parte, por Instituições de Solidariedade Social.

Importância da formação profissional para a integração do indivíduo com deficiência

A formação profissional pode ser encarada como uma actividade que favorece a evolução global da personalidade do indivíduo, partindo dos conhecimentos adquiridos, de experiências vividas e gostos pessoais, possibilitando ao mesmo tempo obter elementos de realização mais completos, e uma melhor adaptação ao meio de inserção, nomeadamente no plano sócio-profissional.

Neste sentido, a formação profissional pode ser considerada como um processo organizado de educação onde as pessoas com deficiência enriquecem os seus conhecimentos, desenvolvem as suas capacidades e melhoram as suas atitudes ou comportamentos. Deste modo, as pessoas com deficiência ampliam as suas qualificações técnicas ou profissionais, com vista ao bem-estar e realização pessoal, participando no desenvolvimento sócio-económico e cultural da sociedade. Trata-se, desta forma, de um processo global e permanente através do qual os jovens e adultos com deficiência, a inserir no mercado de trabalho, se preparam para o exercício de uma actividade profissional, (re)aprendendo a adoptar comportamentos adequados ao desempenho da profissão.

A formação profissional tem uma importância essencial e estratégica, enquanto espaço privilegiado para a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, como forma de atingir objectivos qualitativos e diferenciados do saber fazer.

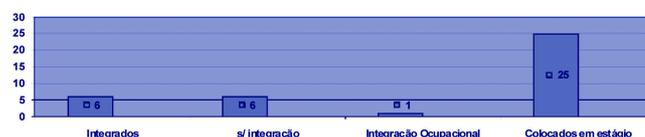
Realidade do distrito, região do douro neste campo, (formação profissional / integração)

No que diz respeito à realidade da formação profissional / integração na região e no distrito pode-se constatar que ainda nos deparamos com algumas dificuldades em inserir no mercado normal de trabalho pessoas com deficiência. Tal facto, deve-se muitas vezes, à falta de sensibilização das entidades empregadoras, quer também, a uma maior exigência burocrática por parte das entidades públicas.

Esta exigência limita as Instituições na procura de novas respostas para novos formandos, e futuras saídas profissionais.

No que concerne à ARDAD, no ano de 2008, num total de 13 formandos que terminaram formação, 6 ficaram integrados no normal mercado de trabalho, e um integrado ocupacionalmente, como se pode observar no gráfico seguinte:

Gráfico 1: Resultados da formação 2008



Obstáculos à inclusão

No que diz respeito aos obstáculos que a instituição sente para concretizar a verdadeira inclusão social das pessoas com deficiência, haverá ainda um trabalho bastante diversificado a desenvolver.

Apesar dos esforços que têm sido feitos no sentido de minimizar o preconceito em relação a este tipo de população, ainda nos deparamos com muitas barreiras culturais, físicas ou sociais que impedem o pleno acesso aos diversos serviços da sociedade, disponíveis aos demais cidadãos.

As medidas governamentais e/ou legislação vigente nem sempre são adequadas à realidade das necessidades das pessoas com deficiência, muitas vezes criando até, mais barreiras do que soluções. A Formação Profissional, por exemplo, tem vindo a sofrer alterações, muitas vezes despedagadas das pessoas com deficiência. Ao nível do mercado de trabalho denota-se a falta de um plano de intervenção junto da comunidade empresarial, com vista a criar mecanismos eficazes no reconhecimento das potencialidades desta população.

Para além disso, existe a falta de estímulos económicos que facilitem a contratação das pessoas com deficiência pelas

empresas, e algum desconhecimento acerca dos sistemas de incentivos existentes; a relutância em investir nas adaptações necessárias à promoção do emprego das pessoas com deficiência; o desemprego em geral que tende a remeter as pessoas com deficiência ainda mais para a margem.

A inserção da pessoa com deficiência na sociedade e no mercado de trabalho deve partir de nós, sociedade como um todo, ultrapassando obstáculos como o preconceito e a discriminação.

ARDAD – Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes

Acessibilidade para todos e em todas as situações

O meio determina, em grande parte, o efeito de uma incapacidade sobre a vida diária de uma pessoa, quando lhe são negadas as oportunidades de que dispõe a comunidade em geral, e que são necessárias para os aspectos fundamentais da vida, incluindo a vida familiar, a educação, o emprego, a habitação, a segurança económica e pessoal, a participação em grupos sociais e políticos, as actividades religiosas, o acesso a equipamentos públicos, a liberdade de movimentos e o estilo geral da vida diária.

As barreiras físicas são as que mais directamente excluem da vida activa da sociedade as pessoas com incapacidade. Portas demasiado estreitas, edifícios inacessíveis, escadas e passadeiras sem sinalização, transportes públicos não adaptados, telefones e caixas multibanco fora de alcance, etc., são dificuldades com que muitos cidadãos com deficiência se defrontam diariamente no nosso país. Estas barreiras resultam, por um lado, do não cumprimento da lei por parte dos actores sociais que têm essa responsabilidade e, por outro lado, por falta de sensibilidade no tratamento destas questões.

A promoção da acessibilidade constitui-se como um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no Estado social de direito.

Promoção da mobilidade numa cidade saudável

Consciente da responsabilidade que o poder local tem sobre esta matéria, e tendo em conta que no município de Viana do Castelo, além de 16% da população ter idade igual ou superior a 65 anos, existe um grande número de pessoas com deficiência, o que só por si, exige especial atenção ao nível do planeamento urbano e da mobilidade, o Gabinete Cidade Saudável da Câmara Municipal de Viana do Castelo, constituiu, em 2001, uma equipa de trabalho, onde estão representadas as várias Instituições ligadas a esta temática, com vista a promover a eliminação não só das barreiras físicas

e arquitectónicas da cidade, como também das barreiras sociais e culturais, facilitando a integração na comunidade e tornando a cidade acessível a todos os cidadãos.

Sob o lema “Acessibilidade para Todos e em Todas as Situações”, nos dois primeiros anos, a equipa fez um diagnóstico geral, ao nível do centro da cidade, para apurar quais os aspectos que deveriam ser considerados numa análise futura mais específica, tendo constatado que a rede viária (passadeiras, mobiliário urbano e acesso a edifícios públicos), não cumpria os critérios de acessibilidade estipulados na lei. Assim, considerados os resultados obtidos no diagnóstico, e no sentido de fomentar a articulação e o envolvimento dos diferentes interlocutores locais, estabeleceu-se a seguinte metodologia de trabalho:

- 1 - Enviar os resultados da avaliação ao Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal para serem considerados em futuras intervenções ao nível do planeamento urbano;
- 2 - Calendarizar acções de sensibilização para os actores sociais implicados no problema;
- 3 - Apresentar propostas pontuais de intervenção nas situações consideradas mais graves;
- 4 - Reunir com outras entidades ou parceiros de forma a procurar as melhores soluções de acessibilidade e mobilidade;
- 5 - Acompanhar todas as intervenções a efectuar pela autarquia no centro histórico, de forma a assegurar o cumprimento das regras em matéria de acessibilidade.



Para além do acompanhamento das intervenções no espaço público, e para prossecução dos objectivos propostos, a equipa desenvolveu, ainda, as seguintes actividades:

I) criação de um documento, com a descrição dos principais procedimentos legais em matéria de acessibilidades, para distribuição pelas Juntas de Freguesia, Gabinetes de Engenharia e Arquitectura e pelas empresas de construção civil, já que são estes actores sociais que mais directamente intervêm no espaço público e ficou demonstrado que a maioria não estava a cumprir a lei;

II) realização de um acção de formação dirigida a todos os técnicos da autarquia ligados a esta problemática (arquitectos, engenheiros, designers, fiscais de obra);

III) realização de uma acção de sensibilização para todos os comerciantes da cidade, porque se verificou que a maioria das lojas comerciais não são acessíveis e algumas colocam materiais nas ruas que se tornam obstáculos à mobilidade dos cidadãos;

IV) elaboração de um panfleto dirigido à comunidade em geral, no sentido de sensibilizar a população para este problema;

V) apresentação de uma proposta de aquisição de equipamento adequado para a Biblioteca Municipal, nomeadamente um ampliador óptico de caracteres, um programa de leitor de ecrã, uma impressora Braille, um Scanner autónomo e lupas de mão, no sentido de promover o acesso à leitura das pessoas com dificuldade de visão;

VI) publicação da agenda cultural mensal, em Braille, para promover o acesso das pessoas invisuais às actividades culturais e de lazer que decorrem na cidade;

VI) organização de workshops, seminários e conferências sobre esta temática, dirigidos à população em geral;

VII) apresentação de propostas de intervenção pontual em situações consideradas complexas e de urgente resolução.

No início de 2008 a equipa procedeu novamente à avaliação das ruas e edifícios públicos no sentido de apurar se os objectivos e as estratégias propostos foram conseguidos, tendo-se verificado uma substancial melhoria em praticamente todo o centro da cidade. Constatou-se que todos os edifícios públicos construídos, entretanto, cumprem a lei e que outros edifícios públicos existentes, foram adaptados (Teatro, Correios, Tribunal, etc.); também uma grande parte das rampas das passeadeiras e passeios existentes foram corrigidos. Percebe-se que houve uma mudança de atitude e que as pessoas, de uma forma geral, estão mais sensíveis a este problema.

Destacamos como positivo, o facto de a autarquia ter seguido os princípios do planeamento urbano saudável e ter centrado as suas preocupações nas pessoas com mobilidade reduzida, o que se traduziu numa melhoria substancial da acessibilidade, principalmente no que se refere à população com deficiência motora e idosos. Há, porém, alguns constrangimentos a apontar:

I) o facto da lei não ser penalizadora e os privados não a cumprirem;

II) as próprias características da cidade, onde não é viável o uso de certos materiais que seriam fundamentais, sobretudo na sinalização não só de edifícios e passeadeiras, como também de obstáculos na via pública, factor que consideramos determinante para facilitar a mobilidade das pessoas com dificuldades visuais. Aliás esta tem sido a maior dificuldade da equipa, já que não estão estabelecidas normas a nível nacional nem tão pouco é possível seguir normas europeias, uma vez que se trata de uma situação muito específica - o principal material utilizado nos passeios e nas ruas da cidade é o granito, material bastante difícil de moldar. Por outro lado alguns técnicos de urbanismo ainda continuam a colocar a prioridade no aspecto estético em detrimento da funcionalidade e insistem em procurar soluções que discriminam ao invés de as integrar no planeamento em geral, numa perspectiva de “design for all”, defendida pela Equipa;

Conclusão

De um modo geral, podemos concluir que a aposta da Equipa foi bem sucedida, já que a mobilidade da cidade melhorou e teve em conta todos os cidadãos (idosos, pessoas com deficiência, grávidas, carrinhos de bebé, carrinhos de compras, etc.).

O sucesso deveu-se, em grande medida, ao acompanhamento persistente da equipa na aplicação das medidas, às acções de sensibilização realizadas e à vontade política demonstrada pela Câmara Municipal em melhorar a mobilidade na cidade. A Equipa pretende continuar a procurar soluções para sinalizar edifícios públicos, a rede viária e equipamentos sociais, culturais e de lazer, no sentido de melhorar a mobilidade das pessoas com incapacidade visual e alargar estas medidas às zonas periféricas da cidade.

Margarida Torres
Chefe de Divisão da Promoção da Saúde da Câmara Municipal de Viana do
Castelo



breves

Sites nacionais



SECRETARIADO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
URL: <http://www.snrripd.pt/>



PROGRAMA ACESSO
URL: <http://www.acesso.unic.pt>



PLANO DE ACÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E/OU INCAPACIDADES
URL: <http://www.acesso.unic.pt/>
URL: <http://redesolidaria.org.pt/noticias/paipdi>



Direcção Geral de Saúde
URL: <http://www.dgs.pt>



REDE SOLIDÁRIA
Iniciativa da UMIC que reúne um grande número de associações de deficientes
URL: <http://redesolidaria.org.pt/>



ACESSIBILIDADE
Página pessoal com informação sobre acessibilidade. Possui indicações sobre a legislação e ligações a outras páginas.
URL: <http://www.euroacessibilidade.com/>



ACESSIBILIDADE.net
Iniciativa do CERTIC/UTAD que disponibiliza informação sobre o acesso ao computador e à Internet, Tecnologia de acesso, Software; Conteúdos web acessíveis.
URL: <http://www.acessibilidade.net>



PORTAL DO CIDADÃO COM DEFICIÊNCIA
Página com diversa informação sobre ajudas técnicas; emprego; ensino; Finanças; Emprego; Segurança social; Trabalho; Transportes; Legislação; Habitação; Saúde
URL: <http://www.pcd.pt/>

ERGONOMIA DE INTERFACES WWW PARA CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Página pessoal de Miguel de Castro Neto com comunicação integrada no 3º Simpósio Investigação e Desenvolvimento de Software Educativo (3 a 5 Setembro 1998 - Universidade de Évora)
URL: <http://www.minerva.uevora.pt/>



ASSOCIAÇÃO DOS CEGOS E AMBLOPES DE PORTUGAL
URL: <http://www.acapo.pt>



BLOG EDUCAÇÃO ESPECIAL
Da responsabilidade da Associação Portuguesa de Investigação Educacional... Aqui serão abordadas temáticas relacionadas com a educação especial e com as NEE
URL: <http://edif.blogs.sapo.pt>



ANDITEC - TECNOLOGIAS DE REABILITAÇÃO, LDA
Site de empresa portuguesa sobre tecnologia de apoio e produtos para deficientes
URL: <http://www.anditec.pt/>



FUNDAÇÃO PT
Site dedicado aos cidadãos com Necessidades Especiais
URL: <http://fundacao.telecom.pt/>



FENACERCI
Site da federação das CERCIs
URL: <http://www.fenacerci.pt/>



PARALISIA CEREBRAL.NET
Site de pessoa com paralisia cerebral
URL: <http://www.paralisiacerebral.net/>



CATÁLOGO NACIONAL DE AJUDAS TÉCNICAS
Iniciativa da UMIC, SNRIPD E INOV URL:
<http://www.ajudastecnicas.gov.pt/+>



CENTRO DE INOVAÇÃO PARA DEFICIENTES
Página de empresa sobre ajudas técnicas e formação.
URL: <http://www.cidef.org>



ELECTROSERTEC

Site de empresa que oferece equipamentos, software e apoio técnico a cegos

URL: <http://www.electrosertec.pt>



AJUDAS.COM

Site de casal com filho com deficiência URL:

<http://www.ajudas.com/>



COMPENSAR - NECESSIDADES ESPECIAIS

Loja online em português de produtos de saúde, reabilitação e ajudas técnicas URL: <http://www.compensar.net/store/>

Sites europeus



EUROPEAN AGENCY FOR THE DEVELOPMENT IN SPECIAL NEEDS EDUCATION URL: <http://www.european-agency.org>



EUROPEAN DISABILITY FORUM

Organização europeia que representa 50 milhões de pessoas com deficiência

URL: <http://www.edf-feph.org/en/welcome.htm>



INTERNATIONAL COUNCIL FOR EDUCATION OF PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENT, EUROPEAN REGION

Site de organização europeia de cegos

URL: <http://www.icevi-europe.org>



EUROPEAN DESIGN FOR ALL - E ACCESSIBILITY NETWORK

Rede de 160 organizações europeias

URL: <http://www.e-accessibility.org>



INCLUSIVE TECHNOLOGY

Site de empresa inglesa que oferece apoio técnico e produtos para a deficiência

URL: <http://www.inclusive.co.uk/index.shtml>



ONCE

Organização de cegos espanhola

URL: <http://www.once.es>



OPHTALMO.NET

Site de organização francesa de oftalmologia

URL: <http://www.ophtalmo.net>



ROYAL NATIONAL INSTITUTE OF THE BLIND

Instituto Nacional dos Cegos do Reino Unido

URL: <http://www.rnib.org>



DEAFBLIND INTERNATIONAL

Organização europeia de surdoscegos

URL: <http://www.deafblindinternational.org>



SENSE

Organização não governamental de surdos cegos do Reino Unido

URL: <http://www.sense.org.uk/>



MDVI - EURONET

Rede europeia para a multideficiência

URL: <http://www.mdvi-euronet.org/>



ASSOCIAÇÃO FRANCESA DE PARALISIA

Informação sobre a paralisia com vários testemunhos e informação útil sobre diversas problemáticas ligadas à Paralisia.

URL: <http://www.apf.asso.fr/>



LEONARD CHESHIRE WEB SITE

Site inglês sobre multideficiência

URL: <http://www.leonard-cheshire.org/extras/>



BRITISH EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY AGENCY

Agência governamental do Reino Unido - secção educação especial

URL: <http://schools.becta.org.uk/>



DIRECT GOVERNMENT UNITED KINGDOM

Área da educação com páginas para a Educação Especial

URL: <http://www.direct.gov.uk/>



HANDICOM

Site de empresa holandesa

URL: <http://www.handicom.nl/english/index.html>



WIDGIT SOFTWARE

Site de empresa do Reino Unido com software para as necessidades especiais

URL: <http://www.widgit.com/>



Reg Charity No. 1067073

ABILITYNET

Site do Reino Unido que promove o uso de computadores e internet por pessoas com deficiência com as respectivas adaptações para acessibilidade
URL: <http://www.abilitynet.org.uk/>

Sites internacionais



United Nations Educational
Scientific and Cultural Organization

UNESCO - INCLUSIVE EDUCATION

URL: <http://portal.unesco.org/>



AMERICAN FOUNDATION FOR THE BLIND

URL: <http://www.afb.org>



LOW VISION INFORMATION CENTER

Site americano de apoio aos cegos

URL: <http://www.lowvisioninfo.org>



THE NATIONAL INFORMATION CLEARINGHOUSE ON CHILDREN WHO ARE DEAF-BLIND

Rede de surdoscegos americana

URL: <http://www.tr.wou.edu/dblink/index.htm>



INNOVATIONS - Working with Infants who have Multiple Disabilities

Site americano sobre a intervenção precoce em multideficiência, incluindo artigos específicos.

URL: <http://www.csun.edu/~hfedu009/innovations/>



NATIONAL INFORMATION CENTER FOR CHILDREN AND YOUTH WITH DISABILITIES

Site americano com recursos para crianças e jovens com NEE

URL: <http://www.kidsource.com/nichcy/>



OPEN HERE

Portal americano - página com links para vários assuntos: ajudas técnicas, inclusão, movimento e mobilidade, organizações...

URL: <http://www.openhere.com/>



ALTAVISTA

Links para sites sobre deficiência

URL: <http://www.altavista.com/>



T S B V I

TEXAS SCHOOL FOR THE BLIND AND VISUALLY IMPAIRED

Newsletter de escola Americana sobre cegueira e surdocegueira

URL: <http://www.tsbvi.edu/>



PROJECTO SALUTE

Projecto americano que aborda questões relacionadas com as formas de comunicação, com vários links. Tem um texto sobre estratégias de aprendizagem táctil na população surdocega e tem várias informações sobre outros aspectos da comunicação.

URL: <http://www.projectsalute.net/>

CPPARENT

CENTRO DE RECURSOS SOBRE A PARALISIA CEREBRAL

Site americano de pais sobre paralisia cerebral.

URL: <http://www.cpparent.org/>



ENABLENET

Site australiano com links para vários síndromes e patologias

URL: <http://www.enable.net.au/>



ISER-INTERNET Special Education Resources

Site americano com centro de recursos para a educação especial

URL: <http://www.iser.com/index.shtml>



REHABILITATION ENGINEERING & ASSISTIVE TECHNOLOGY SOCIETY OF NORTH AMERICA

URL: <http://www.resna.org/>



INTERNATIONAL DISABILITY ALLIANCE

Rede internacional de organizações de deficientes

URL: <http://www.internationaldisabilityalliance.org/>



FLORIDA SCHOOL FOR THE DEAF & BLIND

Site de escola americana para cegosurdos

URL: <http://www.fsdb.k12.fl.us/>



SELECTED RESOURCES ABOUT ASSISTIVE TECHNOLOGY
Site americano da Universidade de Wisconsin
URL: <http://trace.wisc.edu/resources/at-resources.shtml>



LAUREATE LEARNING SYSTEMS
Ste de empresa canadiana que comercializa software para
Necessidades Especiais
URL: <http://www.laureatelearning.net/>



EDUCATION WORLD - THE EDUCATOR'S BEST FRIEND
Site americano com recursos educativos - secção SPECIAL
EDUCATION
URL: <http://www.education-world.com/>



SNOW - Special Needs Opportunity Windows
Site canadiano
URL: <http://snow.utoronto.ca/index.html>



SPECIAL EDUCATION NEWS
Site americano com notícias sobre necessidades especiais
URL: <http://www.specialednews.com/>

